



**CARTA ABERTA DA SOCIEDADE CIVIL DO CONE SUL AOS GOVERNANTES,
MINISTRAS/OS E PARLAMENTARES DOS PAÍSES DO MERCOSUL**

A/C:
Exmos. Srs./Sras.
Presidentes
Ministros/as
Parlamentares
do Mercosul

Brasília, Distrito Federal do Brasil
Buenos Aires, Argentina
Asunción, Paraguay
Montevideo, Uruguay
14 de Setembro de 2023

Excelentíssimos Governantes, Ministras/os e Parlamentares dos países do Mercosul,

Como integrantes de movimentos sociais, redes e organizações da sociedade civil do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai abaixo assinadas, articuladas também a nível regional em defesa da democracia e contra o neoliberalismo, nos dirigimos a Vossas Excelências nesta carta aberta por ocasião dos anúncios, que nos chegam através da imprensa [1], sobre a agenda de reuniões oficiais do Mercosul e com o bloco Europeu nos próximos dias em Brasília/DF para uma suposta retomada das negociações do pilar de livre comércio do Acordo de Associação entre a União Europeia e o Mercosul.

Pelas razões expostas a seguir, reiteramos nosso posicionamento contrário à conclusão deste acordo que, depois de ter se arrastado sem transparência e acesso à informação por mais duas décadas do seu início - em período coincidente com o processo de mobilização social que levou à vitória popular e dos governos progressistas na derrota da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) - , oportunamente foi declarado como concluído no primeiro ano do governo fascista de Jair Bolsonaro, em 2019.

Em setembro de 2020, um conjunto de movimentos sociais, indígenas, quilombolas, sindicais, redes, campanhas e organizações não governamentais



brasileiras manifestaram, em carta aberta à sociedade brasileira [2], a sua oposição à assinatura do Acordo de Associação entre União Europeia (UE) e Mercosul. A partir dessa articulação, surgiu a Frente Brasileira contra os Acordos Mercosul-UE e Mercosul-EFTA [3], com o objetivo de ampliar e aprofundar o debate sobre os impactos desses acordos de livre comércio na sociedade brasileira e incidir, nacional, regional e internacionalmente, na resistência a ambos acordos. Atualmente, é composta por mais de 140 entidades [4], redes, organizações e movimentos sociais do campo ecumênico, sindical, ambientalista e climático, da luta indígena e quilombola, do movimento feminista e de mulheres, e pela defesa da reforma agrária e soberania alimentar.

Movimentos que compõem a Frente estão também organizados a nível regional - como no caso da Confederação Sindical das Américas (CSA), a Rede Jubileus Sul Américas (JSA), a CLOC Via Campesina ou Amigos da Terra América Latina e Caribe (ATALC) -, com organizações referentes nos quatro países do Mercosul, além de dialogarem com contrapartes com acúmulo no tema do comércio, como as plataformas nacionais e regional de América Latina Mejor Sin TLCs; de integrarem processos como a Jornada Continental em defesa de Democracia e Contra o Neoliberalismo, articulando os eixos de integração regional e luta contra o fascismo com o enfrentamento do poder empresarial transnacional e dos acordos de livre comércio; e de dialogarem com contrapartes na Europa, aglutinadas em torno da campanha transatlântica #StopEUMercosur.

Como é de conhecimento de vossas excelências, esse conjunto de forças populares diversas e multisetorial, em unidade manifestou seu apoio ao presidente Lula que, ainda quando candidato em 2022, expressou preocupações com a conclusão deste acordo assimétrico, que não enfrenta as desigualdades entre os blocos nem as necessidades dos seus povos, e defendeu a sua revisão [5]. Como Frente brasileira, assim como enquanto atores regionais, realizamos ao longo do primeiro semestre de 2023 uma série de eventos públicos e incidências ministeriais e parlamentares no Brasil, com a presença de parlamentares de demais países do Mercosul, reiterando nosso posicionamento e exigindo participação social e acompanhamento da agenda comercial que, por tanto afetar a vida dos povos e comprometer potencialmente seu futuro, não pode seguir sem o direitos à consulta livre prévia e informada [6].

Estivemos presentes em reuniões com euro parlamentares, participamos dos Diálogos Amazônicos prévios à Cúpula dos Presidentes da bacia Amazônica em Belém do Pará e da Cúpula dos Povos e ações no Parlamento Europeu em Bruxelas por ocasião da Cúpula EU-CELAC. Com protagonismo sindical, atendemos ao



chamado para a retomada do mecanismo e participação social do Mercosul e estamos convocando os governos progressistas para a Jornada Latinoamericana y Caribeña de Integración de los Pueblos.

Seguimos mobilizadas/os para acompanhar e incidir, com conhecimento de causa e argumentos técnicos e políticos desde os saberes dos diversos territórios, povos e organizações da classe trabalhadora, nos passos e decisões do Brasil como presidência pro tempore do Bloco Mercosul, bem como para defender a democracia na região contra os avanços da extrema direita, em alerta solidário neste momento ao povo Argentino, tão maltratado pelo sistema financeiro internacional, intrinsecamente vinculado à arquitetura da impunidade das empresas transacionais como os próprios acordos comerciais neoliberais.

Relembramos que, em resposta ao Seminário “A retomada da democracia no Brasil: o papel da política externa e do comércio internacional”, realizado pela frente em fevereiro deste ano, o governo brasileiro se comprometeu (em Ofício da AFEPA - Assessoria Especial de Relações Federativas e com o Congresso Nacional do MRE nro. 09054.000219/2023-52 de 05/04/2023) em realizar ainda este ano um “seminário sobre as negociações comerciais” e em “aumentar a transparência e estimular a participação ampla da sociedade nessa fase final (de revisão ou renegociação) do acordo”, mas que este processo de diálogo e consulta ainda não aconteceu. Nem mesmo o acesso ao conteúdo da integrada do Acordo de Associação (apenas os textos em inglês do acordo comercial estão disponibilizados no site do Itamaraty, mas nada sobre os pilares de Cooperação e Diálogo Político) cuja importância do conteúdo foi mencionada no próprio ofício.

Portanto, neste momento em que o Brasil, enquanto presidência pro-tempore do Mercosul, formula uma resposta à carta adicional da União Europeia com uma possível contraposta do bloco sul-americano, manifestamos que:

- tal instrumento (*side letter*) proposto pelas UE depois de mais de dois anos do anúncio da conclusão, apresentou exigências unilaterais que reforçam o caráter neocolonial do acordo comercial, desconsideram a dívida climática histórica da UE ao desrespeitar o princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas e a própria instância multilateral da Convenção Marco da Nações Unidas sobre Mudança do Clima;
- do mesmo modo, uma carta adicional do Mercosul com exigências pontuais não mudariam o conteúdo e o impacto cumulativo do acordo;
- é necessário debater com a sociedade o conteúdos e implicância do seu conjunto, a luz dos novos estudos produzidos na região, como é o caso das do estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) "Acordo



Mercosul-União Europeia e mudança estrutural: Considerações a partir de modelos de equilíbrio geral" [7]

- além disso, existem outras tantas razões a encarar nos demais capítulos do Acordo [8], que tem vão em direta contradição com os compromissos políticos do atual governo do Brasil e com interesses dos povos dos demais países, para além de uma potencial renegociação do capítulo de compras públicas, como por exemplo:
 - "Não queremos ser eternos exportadores de matérias primas"[9]. Porém, ao trocar commodities agrícolas e minerais por produtos industrializados e tecnológicos de maior valor agregado, o Acordo estimulará o desemprego, o aprofundamento da desindustrialização, a reprimarização da economia, a evasão de divisas e a sonegação de impostos. Ademais, reforçará a competitividade perversa, em que os potenciais ganhos obtidos pelo setor agroextrativista implicarão em destruição ambiental, ataques aos direitos dos povos e trabalhadores/as, além de concentrar a produção em setores intensivos em energia e água
 - Em contradição às propostas progressistas de "transição energética e transição ecológica" para a nossa região, estaria a subordinação comercial aos interesses de empresas transacionais dos setores químico-farmacêutico, que lucram com a venda de agrotóxicos, muitos de uso proibido em seus países de origem, ou a importação de carros a combustão, enquanto a Europa faz sua transição para carros elétricos dependentes de minérios da América do Sul para suas baterias
 - Diante da revisão das privatizações de setores estratégicos e de serviços públicos essenciais na garantia de direitos à população, como água e energia, e das propostas de reestatização de empresas privatizadas, qual seria o interesse público dos capítulos e liberalização dos serviços contidos no Acordo?
 - Finalmente, o capítulo de integração regional versa apenas sobre a garantia de livre circulação de mercadorias europeias no Mercosul, sem qualquer potencial de ser uma via de facilitação de transferência de conhecimento e tecnologia da Europa para a livre circulação de pessoas nas fronteiras entre nosso países, assim como para uma desejada integração de moeda regional com fortalecimento econômico do bloco sul-americano.

Pelo exposto, exigimos que se cumpram as promessas e se garantam a transparência nas negociações de tratados comerciais e o direito ao acesso à informação (também garantida com a ratificação do Acordo de Escazu no caso de



políticas e projetos que, como um acordo comercial, tenham impactos ambiental), com a efetiva (re)estruturação dos mecanismos e instâncias de participação social a nível nacional e regional, inclusive como via de fortalecer o Mercosul e sua unidade diante do contexto político atual e de sua importância econômica. Da mesma forma, organizada e articulada em ambos os lados do Atlântico, exigimos junto a nossas contrapartes da sociedade civil maior escrutínio e consulta popular, com garantia do debate e da necessidade de ratificação parlamentar em todos os países envolvidos neste tipo de negociação, contra os intentos separar para acelerar a aprovação exclusiva e antidemocrática do pilar comercial do Acordo UE-Mercosul.

Assinam:

Frente Brasileira contra os Acordos Mercosul UE/EFTA

Com apoio dos movimentos, redes e organizações regionais:

Jubileu Sul Américas (JSA);

Amigos de la Tierra América Latian y el Caribe (ATALC)

Asamblea Argentina Mejor Sin TLC

Attac Argentina

Plataforma América Latina Mejor Sin TLC

Jornada Continental por Democracia e Contra o Neoliberalismo

Contato: secretaria.frente@fase.org.br

Redes Sociais: @paremuemercosul

NOTAS:

[1] Notícias de imprensa:

<https://www.poder360.com.br/internacional/brasil-tera-reuniao-sobre-acordo-mercosul-ue-em-15-de-setembro/> ;

<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/09/06/oferta-comercial-do-brasil-para-ue-a-meaca-gerar-impasse-diplomatico.htm> e

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/09/lula-pede-reuniao-com-chefes-de-estado-para-resolver-acordo-ue-e-mercosul.shtml>

[2] Carta da 1ª Plenária da Frente Brasileira contra o Acordo Mercosul-UE e Mercosul-EFTA, 9 de dezembro de 2020:

<https://rebrip.org/wp-content/themes/ngo/assets/causas/cartas/4.pdf>

[3] Sobre a Frente: <https://rebrip.org/frente-brasileira-contra-os-acordos-mercosul-ue/>

[4] Frente de organizações da sociedade civil brasileira reafirmam:

NÃO ao Acordo UE-Mercosul, 1º de setembro de 2023:

<https://rebrip.org/wp-content/themes/ngo/assets/causas/cartas/13.pdf>



- [5] Carta da Frente ao Governo de Transição, 08 de dezembro de 2022:
<https://rebrip.org/wp-content/themes/ngo/assets/causas/cartas/3.pdf>
- [6] Incidencia na Camara dos Deputados e no MRE, fevereiro de 2023:
<https://rebrip.org/wp-content/themes/ngo/assets/causas/cartas/6.pdf>
- [7] Acordo Mercosul-União Europeia e mudança estrutural: Considerações a partir de modelos de equilíbrio geral, IPEA, 4 de julho de 2023:
<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2023/07/acordo-mercosul-uniao-europeia-e-mudanca-estrutural-consideracoes-a-partir-de-modelos-de-equilibrio-geral-2/>
- [8] Por que parar o Acordo Mercosul-União Europeia? Frente, em fevereiro de 2023:
<https://rebrip.org/wp-content/themes/ngo/assets/causas/cartas/1.pdf>
- [9] "Não temos interesse em acordo que nos condene a exportadores de matérias-primas", diz Lula:
<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/07/nada-de-parceiro-botar-espada-na-cabeca-do-otro-diz-lula-sobre-acordo-ue-mercosul.shtml>